

DESAFIOS DA INCLUSÃO: BARREIRAS SOCIAIS E A VIVÊNCIA DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NO MUNICÍPIO DE JUAZEIRO DO NORTE CEARÁ

CHALLENGES OF INCLUSION: SOCIAL BARRIERS AND THE EXPERIENCE OF PEOPLE WITH DISABILITIES IN THE MUNICIPALITY OF JUAZEIRO DO NORTE CEARÁ

DESAFÍOS DE LA INCLUSIÓN: BARRERAS SOCIALES Y LA EXPERIENCIA DE LAS PERSONAS CON DISCAPACIDAD EN EL MUNICIPIO DE JUAZEIRO DO NORTE CEARÁ

 <https://doi.org/10.56238/arev7n9-053>

Data de submissão: 05/08/2025

Data de publicação: 05/09/2025

Lohanna Lopes Ferreira

Especialista Educação Física Escolar

Instituição: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE)

E-mail: lohannaferreira32@gmail.com

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/5896504197515094>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-8823-1369>

Renan Costa Vanali

Mestre em Saúde da Criança e do Adolescente

Instituição: Centro Universitário Doutor Leão Sampaio (UNILEÃO)

E-mail: ifrenanvanali@mail.com

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/0464534899158947>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-4193-3363>

Rodrigo Alencar Brasil

Especialista em Tradução Audiovisual Acessível/audiodescrição

Instituição: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE)

E-mail: rodrigo.alencar@ifce.edu.br

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/7977709000851682>

Orcid: <https://orcid.org/0009-0009-4061-2865>

Mônica Maria Siqueira Damasceno

Phd. em Psicologia do desenvolvimento

Instituição: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE)

E-mail: monica.siqueira@ifce.edu.br

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/8735337963121936>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-7928-8630>

Paula Veruska Alexandre de Lima

Especialista em psicopedagogia

Instituição: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE)

E-mail: Paula.verusskka@gmail.com

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/0966632141331506>

Orcid: <https://orcid.org/0009-0007-7793-1443>

Ialuska Guerra
Pdh em Educação Física
Instituição: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE)
E-mail: ialuska@ifce.edu.br
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5626461456053069>
Orcid: <https://orcid.org/0009-0003-4860-6810>

Joamira Pereira de Araújo
Phd em Educação Física
Instituição: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE)
E-mail: joamira@ifce.edu.br
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1590594276625296>
Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-7022-9861>

Narcélio Pinheiro Victor
Mestre em Educação Física
Instituição: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE)
E-mail: narceliovictor@ifce.edu.br
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8759802693028072>
Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-7022-9861>

RESUMO

As pessoas com deficiência (PCD) se englobam em um grupo de heterogeneidade, composto por indivíduos com diversos tipos de deficiência, seja ela física, sensorial, intelectual, mental, auditiva ou visual. A sociedade por si só constrói problemas e barreiras para as pessoas com deficiência, fazendo com que as tornem incapazes e em desvantagens no desempenho social. Diante disso, o intuito da presente pesquisa foi verificar as principais barreiras sociais vivenciadas pelas pessoas com deficiência na cidade de Juazeiro do Norte, Ceará. Trata-se de pesquisa de campo com abordagem quantitativa utilizando como critérios de inclusão, pais ou responsáveis de pessoas com deficiência, ambos os sexos, regulamente matriculados e assíduos. Uma população composta por 100 pais e/ou responsáveis de pessoas com deficiência e transtornos globais, amostra não probabilística. Para os critérios de exclusão foram levados em consideração aqueles que não residiam no município de Juazeiro do Norte, Ceará. O instrumento utilizado deu-se através de um questionário contendo 13 questões objetivas e 3 sociodemográficas. A análise dos dados foi aplicada uma distribuição de frequência. Conclui-se, que a maioria dos pais possuem pouco conhecimento sobre as barreiras sociais e que a maior parte dos filhos são crianças com Transtorno do Aspecto Autista (TEA), não estão satisfeitos com a acessibilidade do município que residem e alguns dos pais nada conhece sobre a Lei Brasileira de inclusão. É de suprema relevância que esta pesquisa sirva como subsídio para a elaboração de futuros estudos, para que haja um meio de discussão sobre a importância do conhecimento das barreiras sociais, capazes de disseminar informações qualificadas, diminuindo a carência e a fragmentação sobre o conhecimento das barreiras.

Palavras-chave: Pessoa com Deficiência. Barreiras Sociais. Inclusão.

ABSTRACT

People with disabilities (PWD) are a heterogeneous group, composed of individuals with various types of impairments, whether physical, sensory, intellectual, mental, auditory, or visual. Society itself creates problems and barriers for people with disabilities, rendering them incapable and at a

disadvantage in social performance. Therefore, the aim of this research was to identify the main social barriers experienced by people with disabilities in the city of Juazeiro do Norte, Ceará. This field study used a quantitative approach using the inclusion criteria of parents or guardians of people with disabilities, both genders, regularly enrolled and attending school. A population of 100 parents and/or guardians of people with disabilities and global disorders, a non-probabilistic sample, was used. The exclusion criteria were those who did not reside in the city of Juazeiro do Norte, Ceará. The instrument used was a questionnaire containing 13 objective questions and 3 sociodemographic questions. Data analysis was based on a frequency distribution. It is concluded that most parents have little knowledge about social barriers, and that most of their children have Autistic Aspect Disorder (ASD). They are dissatisfied with the accessibility of their municipality, and some parents are unfamiliar with the Brazilian Inclusion Law. It is of utmost importance that this research serve as a basis for future studies, providing a means for discussing the importance of understanding social barriers, capable of disseminating qualified information, reducing the lack and fragmentation of knowledge about these barriers.

Keywords: Person with Disabilities. Social Barriers. Inclusion.

RESUMEN

Las personas con discapacidad (PCD) son un grupo heterogéneo, compuesto por individuos con diversos tipos de deficiencias, ya sean físicas, sensoriales, intelectuales, mentales, auditivas o visuales. La propia sociedad crea problemas y barreras para las personas con discapacidad, dejándolas incapaces y en desventaja en el desempeño social. Por lo tanto, el objetivo de esta investigación fue identificar las principales barreras sociales experimentadas por las personas con discapacidad en la ciudad de Juazeiro do Norte, Ceará. Este estudio de campo utilizó un enfoque cuantitativo utilizando como criterios de inclusión a padres o tutores de personas con discapacidad, ambos géneros, matriculados regularmente y asistentes a la escuela. Se utilizó una población de 100 padres y/o tutores de personas con discapacidad y trastornos globales, una muestra no probabilística. Los criterios de exclusión fueron aquellos que no residían en la ciudad de Juazeiro do Norte, Ceará. El instrumento utilizado fue un cuestionario que contenía 13 preguntas objetivas y 3 preguntas sociodemográficas. El análisis de los datos se basó en una distribución de frecuencias. Se concluye que la mayoría de los padres tienen poco conocimiento sobre las barreras sociales y que la mayoría de sus hijos padecen Trastorno del Aspecto Autista (TEA). Están insatisfechos con la accesibilidad de su municipio y algunos padres desconocen la Ley de Inclusión Brasileña. Es fundamental que esta investigación sirva de base para futuros estudios, proporcionando un medio para debatir la importancia de comprender las barreras sociales y difundir información cualificada, reduciendo la falta y la fragmentación del conocimiento sobre estas barreras.

Palabras clave: Persona con Discapacidad. Barreras Sociales. Inclusión.

1 INTRODUÇÃO

As Pessoas com Deficiência (PCD) se englobam em um grupo de heterogeneidade, composto por indivíduos com diversos tipos de deficiência, como física, sensorial, intelectual, psicossocial, auditiva, visual ou múltipla (Guedes; Barbosa, 2020). Durante muito tempo, estudiosos/pesquisadores seguiam tentando definir e conhecer através de fatos históricos como as pessoas com deficiência eram vistas na sociedade. Pois, ao passar por diferentes contextos históricos, da eliminação na antiguidade, tolerância religiosa, até a consideração de cidadãos, existiu uma diversidade de termos para definir esse público (Rossetto *et al.*, 2006).

Ao pensarmos nas dificuldades e barreiras sociais e educacionais enfrentadas pelas PCD é necessário refletir sobre a garantia dos direitos de livre participação na sociedade. Um dos fatores para exclusão, dar-se pela falta de conhecimento da população, por não compreenderem que a PCD é apta a executar diferentes atividades como qualquer outra pessoa. Portanto, salienta-se a importância de pesquisar a história das Pessoas com Deficiência para que haja a compreensão do percurso que vem sendo realizado para o alcance da inclusão Kreutzfelt (2020).

As PCD frequentemente foram desvalorizadas, reprimidas, excluídas dos padrões sociais, afastadas do convívio comunitário e penalizadas por não atenderem às demandas da produção capitalista (Frias e Menezes, 2008). Apesar de esses acontecimentos ainda serem notados em pleno século XXI, é essencial refletir sobre a importância e a atenção que esse grupo necessita, promovendo assim uma postura verdadeiramente inclusiva (Rodrigues; Lima, 2017).

A sociedade por si só constrói problemas e barreiras para as PCD, fazendo com que as tornem incapazes e em desvantagens no desempenho social. Quando falamos em barreiras, consistem em atitudes preconceituosas, políticas discriminatórias e o não conhecimento dos direitos dessas pessoas (Bahia, 2006). De acordo com a Lei Brasileira de Inclusão da PCD (Lei 13.146/2015), o termo “barreira” é definido como qualquer obstáculo que prive a participação social da PCD e os neguem qualquer tipo de direito à acessibilidade.

A presente surge como um desafio a ser explorado, que veio despertado pela curiosidade e pela observação cotidiana ao ouvir conceitos dos pais/responsáveis das PCD e as barreiras enfrentadas em seu cotidiano. Apesar dos avanços legais em relação a acessibilidade e inclusão, as barreiras ainda se tornam um empecilho na livre participação das PCD na comunidade. Quando falamos em barreiras elas ultrapassam além das limitações físicas e estruturais, engloba desde os aspectos culturais, atitudinais e econômicos, refletindo no acesso básico como educação, trabalho, transporte e lazer.

De acordo com Sawaia (2009), mesmo com tantas melhorias nas conjunturas de vida das PCD oferecidas pelo avanço da medicina, das políticas públicas e os avanços tecnológicos, é imprescindível

não perder o foco que a convicção de inclusão está mergulhada na autenticidade de exclusão. No meio social e até mesmo no mercado estão surgindo estímulos para o oferecimento de mais oportunidades, fazendo com que haja a validação dos direitos de uma vida com privilégios e bem-estar (Felizardo, 2016).

O incentivo a acessibilidade é primordial na qualidade de vida PCDs, e de acordo com a legislação brasileira, o Estado busca garantir direitos a este grupo de pessoas (Borges, 2016). Visto que o seu cotidiano está repleto de delinearões que comprometem a sua autonomia e a participação na sociedade como sujeito. Essas delinearões estão de modo habitual ligadas a problemas de acessibilidades, atrapalhando no desenvolvimento ocupacional, cognitivo e psicológico (Wagner *et al.*, 2010).

A deficiência sempre se fez presente, mesmo que de formas mais omissas, escondidas, ignoradas, repreendida, julgadas e condenadas, e tudo isso pode ser configurado como barreiras nas quais eles eram e são submetidos. Tendo em vista essa problemática, o objetivo dessa pesquisa é verificar as principais barreiras sociais vivenciadas pelas PCD na cidade de Juazeiro do Norte, Ceará.

2 METODOLOGIA

O presente trabalho trata-se de uma pesquisa de campo com abordagem quantitativa.

O grupo analisado foi composto por pais ou responsáveis de PCDs regularmente matriculadas em uma instituição especializada de atendimento localizada na cidade de Juazeiro do Norte - CE. A amostra não probabilística incluiu 100 pessoas. Para os critérios de inclusão, foram selecionados pais ou responsáveis de PCDs (com deficiências físicas, mentais, auditivas, visuais, entre outras), de ambos os sexos, maiores de 18 anos, com filhos devidamente matriculados e frequentes na instituição. Já como critérios de exclusão, foram desconsiderados aqueles que não residiam no município de Juazeiro do Norte, Ceará.

Foi utilizado um questionário estruturado pelo pesquisador constando 10 (dez) perguntas, 3 questões de cunho sociodemográficas e 7 questões subjetivas. Foi constituído por perguntas que englobam sobre a infraestrutura e barreiras urbanísticas. Ressalta-se que, dentre as questões presentes no questionário, caso houvesse necessidade, haveria uma intervenção do pesquisador, dialogando com o participante fazendo uma breve explicação dos conceitos de barreiras e seus impactos, para que fosse possível responder à questão.

O preenchimento do questionário ocorreu de forma individual, uma vez que a instituição de atendimento especializado disponibilizou espaço destinado apenas para esta ação. Todo o processo ocorreu deixando cientes que os pais ou responsáveis dos que fossem menores de idade ou, daqueles

alunos que não tinham autonomia para resolução do questionário, podiam desistir do estudo a qualquer momento sem consequência de nenhum ônus.

Os resultados da pesquisa transcorreram através de tabulação por meio do programa software Microsoft Excel 2019, sucedendo-se de gráficos por intermédio do software JAMOVI *versão 2.3.18*, analisados através de uma distribuição de frequência, onde ela ordena os valores das variáveis em ordem crescente ou decrescente e determina a frequência de cada valor, ou seja, a distribuição de frequência é um meio de sintetizar e organizar os dados coletados de forma clara e significativa, fazendo com que haja uma compreensão relevante dos dados (Feijoo, 2010).

A pesquisa foi apreciada e aprovada pelo comitê de Ética em pesquisa do Centro Universitário Doutor Leão Sampaio (UNILEÃO), sob o CAEE nº 59559322.5.0000.5048.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

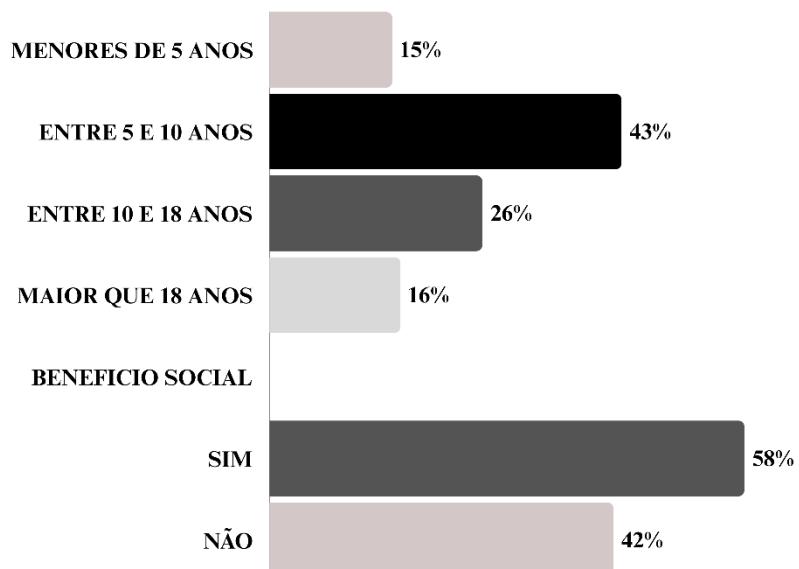
Para a interpretação dos dados, foram aplicadas análises estatísticas descritivas, representadas graficamente, com o objetivo de identificar e apresentar uma distribuição de frequência dos valores em porcentagem.

De acordo com os dados coletados, a minoria dos pais e/ou responsáveis que acompanham seus filhos nos atendimentos da instituição especializada são do sexo masculino, constando um percentual de (16%). Esse resultado reflete a ausência paterna, possivelmente influenciada pelo aumento de famílias monoparentais, compostas apenas por mães e filhos. Corroborando com o estudo de Lemes e Barbosa (2007), que optaram por incluir apenas as mães em sua amostra por serem elas que na maioria das vezes, acompanham o filho nos atendimentos.

Historicamente, a maternidade era vista como a única função social que concedia às mulheres reconhecimento e valorização. Ser mãe as colocava em uma posição de prestígio na sociedade (Borsa; Feil, 2008).

Quanto a idade dos filhos com deficiência e se recebem algum benefício social, os resultados são apresentados na figura 01.

FIGURA 01: Idade PCD- Benefício social:



FONTE: Dados da pesquisa (2022)

No que diz respeito aos filhos com deficiência deste estudo, são considerados crianças, segundo Estatuto da Criança e do Adolescente, a pessoa até doze anos de idade incompletos, em que o maior percentual pertence ao estrato etário entre 5 e 10 anos (43%), (BRASIL, 1990).

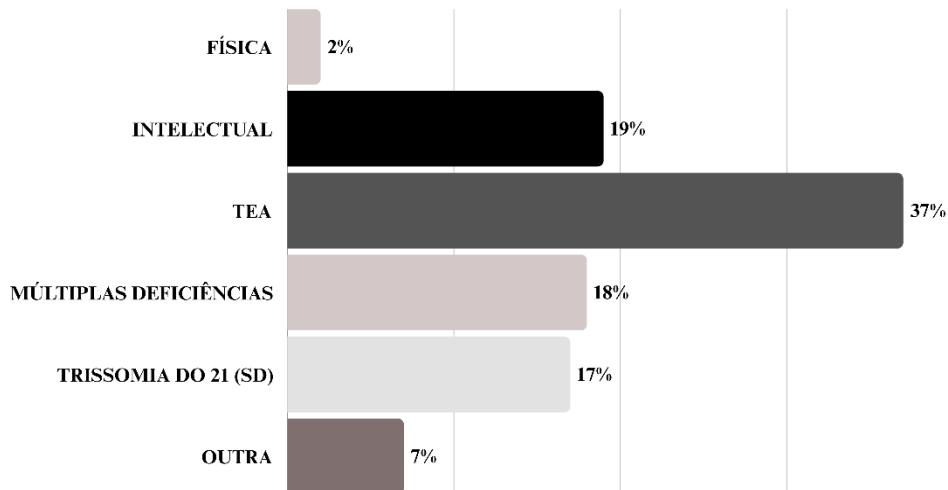
Segundo a Lei nº 12.435 de 2011 , art. 2º (PCD) tem garantia de 1 (um) salário-mínimo de benefício mensal, comprovando não possuir meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família (BRASIL, 2011).

Verificou-se que 58% dos filhos matriculados na instituição de atendimento especializado recebem algum benefício social do governo, porém a margem de percentual daqueles que não recebem é proximal (42%), podendo justificar-se pelo fato da maioria dos filhos ainda serem crianças e não apresentarem impedimentos de longo prazo (mínimo de 2 anos) de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

Os dados também permitem depreender que muitas famílias são assalariadas, minimizando a necessidade de possuírem o benefício social, pois conseguem lidar com despesas nos atendimentos/medicamentos. Porém, muitas dessas famílias informaram haver mais de um membro com deficiência, levando à redução dos recursos gerados para a renda familiar, tornando-a insuficiente para seu sustento.

A figura 02 apresenta a distribuição dos filhos por deficiência. Pode ser observada maior incidência de pessoas com deficiência do Transtorno do Espectro Autista (37%). Sendo assim, a maior parte dos filhos não são PCDs e sim crianças com transtorno de aprendizagem.

FIGURA 02: Qual tipo de deficiência:



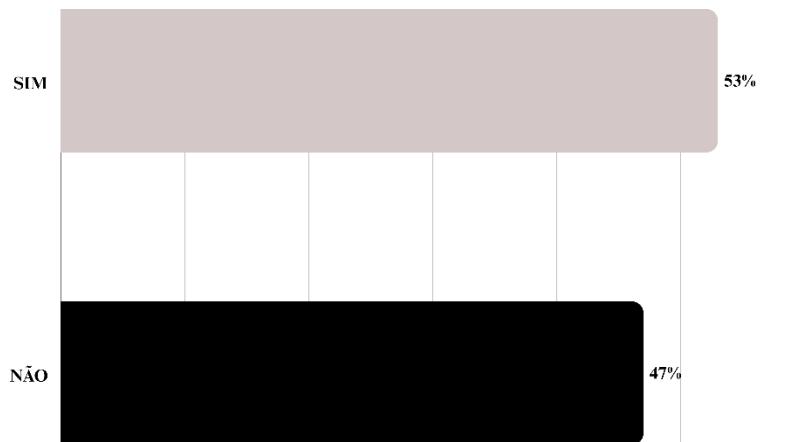
FONTE: Dados da pesquisa (2022)

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) pode ser entendido como um transtorno do desenvolvimento neurológico, qualificado por dificuldades de comunicação e interação social pela presença de comportamento repetitivos ou restritos. Calcula-se que o indivíduo autista, em 30% dos casos, apresenta deficiência intelectual, transtornos psiquiátricos, déficit de atenção e hiperatividade (Araújo, 2019), salienta-se que não é necessariamente que a criança autista seja PCD.

Paiva (2021) apresenta dados do CDC, traduzido para o português como Centro de Controle de Doenças e Prevenção, publicado em 2018 onde a prevalência de autismo entre crianças de 8 anos é 1 a cada 44 crianças, condizente com os valores obtidos nesse campo de pesquisa, visto que mesmo com a incidência de maior percentual (39%), o número torna-se ainda maior quando analisadas as crianças inseridas na categoria múltipla deficiência.

A figura 03, corresponde ao conhecimento das barreiras sociais, visto que a maior parte do público do estudo conhece ou já ouviu falará sobre barreiras sociais (53%).

FIGURA 03: Conhecimento de barreiras sociais:



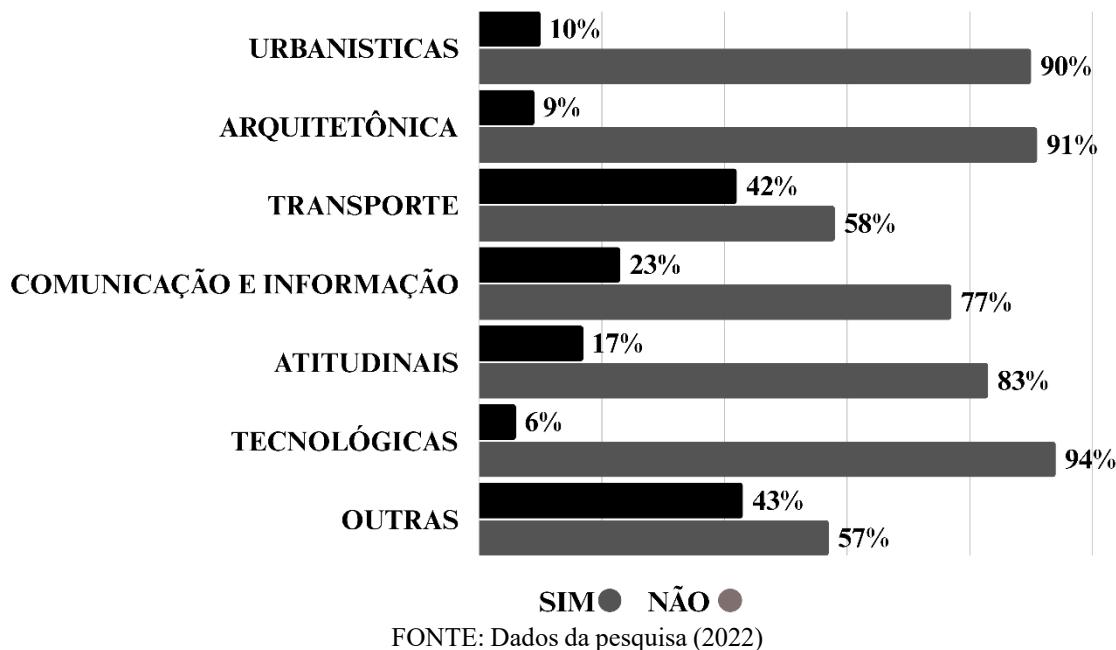
FONTE: Dados da pesquisa (2022)

Foi questionado aos pais ou responsáveis se ouviram falar sobre o termo barreiras sociais, e 53% responderam afirmativamente. Resultado estando associado com as circunstâncias que ocorrem no cotidiano. Porém, é preocupante o número de pais que não conhecem o significado ou ouviram falar sobre barreiras sociais (47%), visto que, segundo relatos durante a aplicação do questionário, enfrentam estas barreiras diariamente, mas não associam o termo a sua real definição.

Outro indicador sobre este desconhecimento das barreiras sociais pode ser apontado como o nível de escolaridade dos pais. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, (2020), a maior incidência de pessoas que não completaram nenhum ano do ensino fundamental foi observada no Nordeste com 6,6% (IBGE,2020), o que pode ser um reflexo destes dados.

A figura 04, apresenta o resultado da associação das 6 (seis) barreiras, visto que o participante poderia marcar mais de uma assertiva caso tivesse conhecimento:

FIGURA 04: Associação das barreiras sociais:



FONTE: Dados da pesquisa (2022)

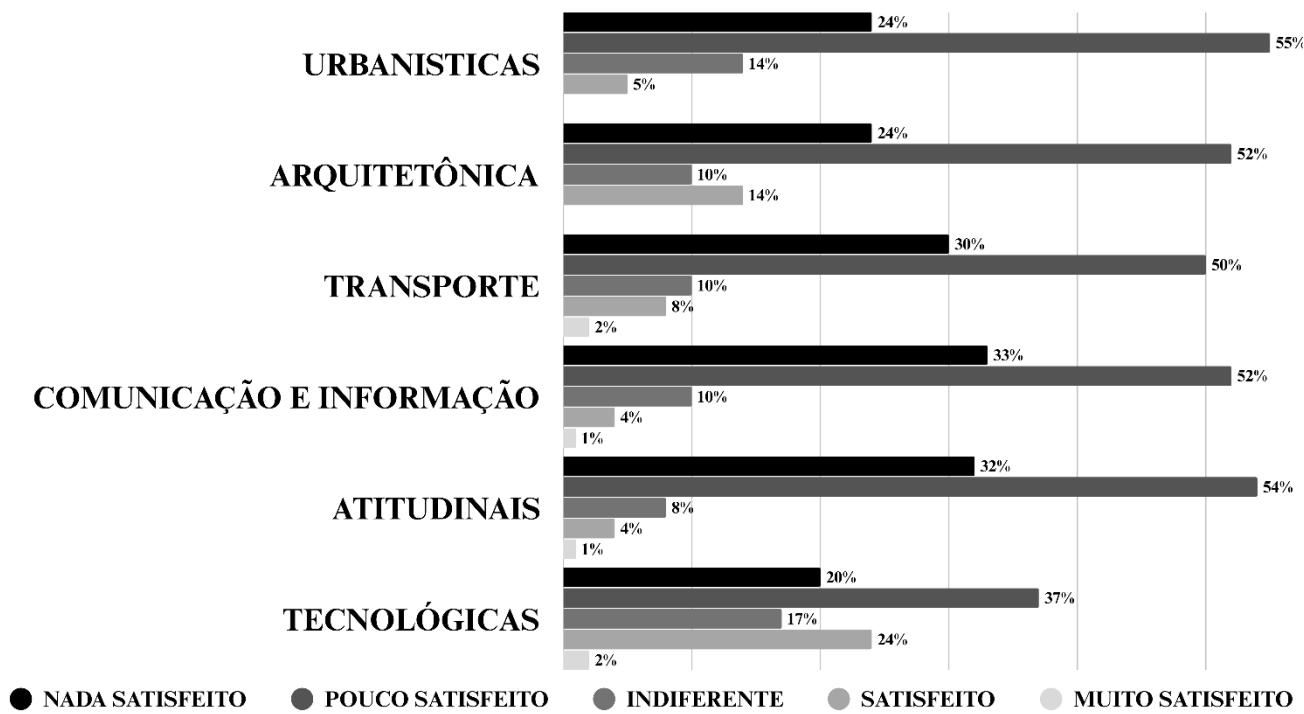
O conhecimento ou percepções sobre as barreiras ainda é algo preocupante, visto que os pais relatam que seus filhos enfrentam diariamente situações constrangedoras. Porém, quando questionado se conhecem as barreiras com o termo apropriado 91% não conhecem barreiras arquitetônicas, 58% não conhecem as barreiras nos transportes, 77% não conhecem as barreiras nas comunicações, 83% não conhecem as barreiras atitudinais e 94% não possuem conhecimento sobre barreiras tecnológicas.

É perceptível que mesmo obtendo um resultado relevante sobre o não conhecimentos das barreiras sociais na figura anterior (figura 04), quando citada barreiras nos transportes a resposta foi superior às demais, contendo um percentual de 42% para afirmativamente. Devendo estar associado ao fato de que grande parte dos sujeitos do estudo junto aos seus filhos necessitem de transporte público para deslocar-se até a instituição de atendimento especializado.

Carvalho (2017) destaca que o transporte público em grandes cidades apresenta falhas evidentes. A mobilidade urbana é crucial, especialmente para pessoas com deficiência, pois sem acesso adequado ao transporte, seus direitos, como tratamento médico, não seriam concretizados.

Na figura 05, foi utilizada uma escala de classificação sobre o nível de satisfação de cada barreira social:

FIGURA 05: Escala de satisfação das acessibilidades sociais:



FONTE: Dados da pesquisa (2022)

É possível perceber que todas as barreiras destacadas acima o índice de maior frequência de escolha, deu-se através da pouca satisfação, sendo as barreiras urbanísticas com 55%, barreiras arquitetônicas 52%, barreiras nos transportes 50%, barreiras na comunicação e informação 52%, barreiras atitudinais 54% e barreiras tecnológicas 37%.

Com uma margem percentual proximal de 50% em grande parte das barreiras em relação a pouca satisfação, tem-se em destaque a barreira urbanística com 55%. Corroborando-se com o fato de que muitas PCDs eram vistas como inferiores perante a sociedade, fazendo com que os órgãos públicos, instituições de ensino e empresas não estivessem aptas para recebê-los, pelo fato de não possuírem estruturas urbanísticas capazes de possibilitar o acesso, negando assim seus direitos (Borges,2016).

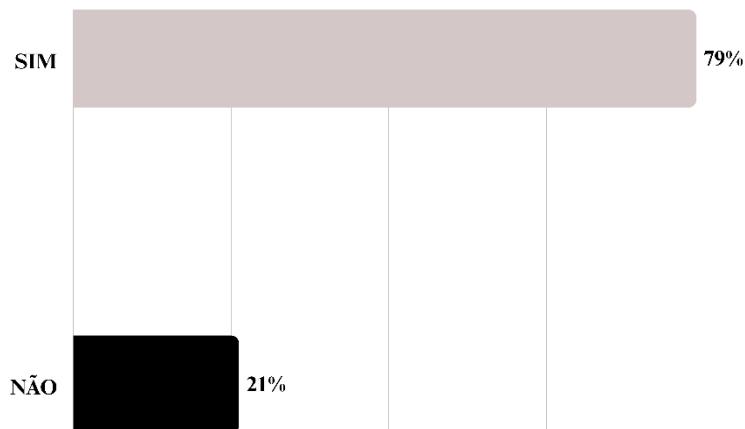
Mesmo após a promulgação da Lei de Mobilidade Urbana e a Lei da inclusão da PCD, que estabelece diversas ferramentas para promoção da mobilidade urbana e acessibilidade, este cenário da prática de exclusão inda se percorre os espaços público e privados, uma vez que os problemas urbanos não se restringem apenas a questões de engenharia ou desenho urbanos, mas abrangem todo um contexto político, econômico e social (Nanba,2018).

É perceptível que houve uma heterogeneidade nos resultados em relação as barreiras tecnológicas, porém, permanecendo com o maior percentual o item “pouca satisfação” (37%). Ou

seja, capaz de estar associado com o fato de a PCD ter a possibilidade de obter maior independência por meio das atividades digitais, pois acaba se tornando um ambiente favorável independentemente da sua limitação (Sousa 2011).

Foi indagado aos pais ou responsáveis se conheciam além de seu filho(a) alguém que já sofreu ou sofre cotidianamente em consequência das barreiras sociais, figura 06:

FIGURA 06: Conhecimento de outros PCDs que sofrem com as barreiras sociais:



FONTE: Dados da pesquisa (2022)

É perceptível que 79% dos pais ou responsáveis possuem o conhecimento de outras pessoas com deficiência que sofram em decorrência das barreiras sociais.

Corroborando com o fato de que possa existir outras pessoas na própria família, como primos, sobrinhos ou irmãos com deficiência.

Além disso, outro fator a ser influenciável no conhecimento de outra PCD, acontece através de relacionamento diário com outras mães que levam seus filhos para o acompanhamento na instituição especializada, visto que, todos os pais são direcionados a ficarem na recepção à espera dos seus filhos até saírem das consultas/terapias, momento propício a conhecerem um ao outro e compartilharem as dificuldades que enfrentam no dia a dia. Segundo Soares e Carvalho (2017), ter a possibilidade de conviver com outras mães e as ouvirem falar sobre suas dificuldades e experiências fazem com que as retirem do sofrimento, caso venham passando, e as coloquem em um mundo de relações grupais e as fortalecem.

A figura 07 tem como objetivo obter o conhecimento dos pais sobre a Lei 13.146/2015 que é conhecida com o estatuto da PCD ou Lei Brasileira de Inclusão:

FIGURA 07: Conhecimento da Lei 13.146/2015



FONTE: Dados da pesquisa (2022)

A Lei 13.146/2015 art.1º trata-se de assegurar e promover de forma igualitária o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por Pessoa com Deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania (BRASIL, 2015).

É explícito que 55% dos pais não possuem conhecimento sobre a Lei Brasileira de Inclusão, podendo estar associada ao fato de serem analfabetos, serem leigos no assunto ou pelo fato de não ser um tema que está associado culturalmente.

4 CONCLUSÃO

No presente trabalho procurou-se verificar as principais barreiras sociais vivenciadas pelas PCDs. Com isso, gerou-se um questionário capaz de avaliar as barreiras que causam maior impacto na vida das PCDs de modo quantitativo.

O estudo analisou barreiras sociais enfrentadas por PCDs, apontando desconhecimento da Lei Brasileira de Inclusão e insatisfação com a acessibilidade urbana entre os participantes. Muitos pais demonstraram falta de informação sobre a deficiência dos filhos e dificuldades de participação devido a limitações de tempo e transporte. Além disso, destacou-se a escassez de pesquisas sobre o tema como um desafio.

A pesquisa sugere a criação de planos de ação pelas instituições especializadas, em parceria com órgãos municipais, para disseminar informações, reduzir barreiras sociais e promover os direitos das pessoas com deficiência.

REFERÊNCIAS

ARAUJO, L. A. D. A proteção constitucional das pessoas portadoras de deficiência. 1992. 215 f. Tese (Doutorado em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1992. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/8708>

BAHIA., M.S --, RESPONSABILIDADE SOCIAL E DIVERSIDADE NAS ORGANIZAÇÕES: contratando pessoas com deficiência. Editora qualitymark, 1º edição [s. d.]. Disponível em: <https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:rede.virtual.bibliotecas:livro:2006;000798244>. Acesso em: 29 maio 2022

BORGES, R. M. Barreiras urbanísticas - acessibilidade das pessoas com deficiência na cidade de cruz alta: o despertar de um novo tempo. 2016. 98 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social, Universidade de Cruz Alta, Cruz Alta – Rs, 2016. Disponível em: <https://home.unicruz.edu.br/wpcontent/uploads/2017/06/RUBENS-MORAES.pdf>.

BORSA, J. C; FEIL, C. F. O PAPEL DA MULHER NO CONTEXTO FAMILIAR: uma breve reflexão. Psicologia.Com.Pt, p. 1-12, 13 jun. 2008. Disponível em: https://www.psicologia.pt/artigos/ver_artigo.php?codigo=A0419. Acesso em: 16 nov. 2022. Acesso em: 05 nov. 2022.

BRASIL. Estatuto da pessoa com deficiência. L13146. [s. d.]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 28 maio. 2022.

BRASIL. L12435. [s. d.]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12435.htm. Acesso em: 16 nov. 2022.

BRASIL. L8069 Estatuto da Criança e do Adolescente. [s. d.]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 06 nov. 2022.

CARVALHO, A. J. de [UNESP. A importância do transporte público e da acessibilidade como meios de acesso a direitos de cidadania das pessoas com deficiência: o caso dos cadeirantes de Franca - SP. 29 mar. 2017.

FEIJOO, A.M.LC. Distribuição de frequência. In: A pesquisa e a estatística na psicologia e na educação [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010, pp. 6-13. ISBN: 978-85-7982-048-9. Available from SciELO Books

FELIZARDO, P. S. D.; RONCHI, F. S.; ROBAINA, G. A. R.; PAIVA, E. C. de C. Inclusão de pessoas com deficiência nas organizações e impacto no clima organizacional (CO). Revista da FAE, v. 1, n. 0, p. 159–176, 16 dez. 2016.

FRIAS, E. M. A.; MENEZES, M. C. B. Inclusão escolar do aluno com necessidades educacionais especiais: contribuições ao professor do ensino regular. PDE, FAFIPA, p. 1462–8, 2008. Disponível em: https://scholar.google.com.br/citations?view_op=view_citation&hl=pt-BR&user=RMaqewwAAAAJ&citation_for_view=RMaqewwAAAAJ:u5HHmVD_uO8C Acesso em: 28 Abril 2022

GUEDES , D. M; BARBOSA, D. A.L. POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL PARA AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA: TRAJETÓRIA, POSSIBILIDADES E INCLUÃO SOCIAL.. Intraciência, Guarujá, n. 19, p. 1-16, jun. 2020. Disponível em:
https://uniesp.edu.br/sites/_biblioteca/revistas/20200522120151.pdf. Acesso em: 12 abr. 2022.

IBGE, 2020. PNAD EDUCAÇÃO 2019: AGÊNCIA DE NOTÍCIAS. 15 jul. 2020. Agência de Notícias - IBGE. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/28285-pnad-educacao-2019-mais-da-metade-das-pessoas-de-25-anos-ou-mais-nao-completaram-o-ensino-medio>. Acesso em: 06 nov. 2022.

KREUTZFELT, Gabrielle. A TRAJETÓRIA DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E AS DIFICULDADES ENCONTRADAS NA SOCIEDADE E AMBIENTE ESCOLAR. FAE, PARANÁ, p. 1-16, 2020. Disponível em:
<https://sppaic.fae.edu/sppaic/article/viewFile/106/110>. Acesso em: 6 abr. 2022.

NANBA, V. F.A. ACESSIBILIDADE E MOBILIDADE NO PLANEJAMENTO URBANO DE PARANAGUÁ – PR. 2018. 48 f. TCC (Graduação) - Curso de Serviço Social, Universidade Federal do Paraná, Matinhos, Disponível em:
<https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/59354/VANIA%20FARIAS%20ALICONCO%20NANBA.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 18 nov. 2022.

PAIVA JR, F. EUA publica nova prevalência de autismo: 1 a cada 44 crianças, com dados do CDC. Canal autismo, 2021. Disponível em: <<https://www.canalautismo.com.br/noticia/eua-publica-nova-prevalencia-de-autismo-1-a-cada-44-criancas-segundo-cdc/>>. Acesso em: 06 de nov de 2022

RODRIGUES, A. P. N.; LIMA, C. A. de. A história da pessoa com deficiência e da educação especial em tempos de inclusão. INTERRITÓRIOS, v. 3, n. 5, 2017. DOI 10.33052/inter.v3i5.234432. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/interritorios/article/view/234432>. Acesso em: 5 maio 2022.

ROSSETTO, E. et al. ASPECTOS HISTÓRICOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA. Campus de cascavel: Edurece, 103-108. 25.04.2022. ISSN 1809-520. Disponível em:
[file:///C:/Users/lopes/Downloads/fabiobidu,+Gerente+da+revista,+1013-3615-1-CE%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/lopes/Downloads/fabiobidu,+Gerente+da+revista,+1013-3615-1-CE%20(1).pdf)
Acesso em: 24 maio 2022.

SAWAIA, B. (2009). Psicologia social e desigualdade: um estudo sobre liberdade e afetividade. Psicologia Social & Sociedade, 21(3), 364-37 SEDH. 2.344, 3 Nov, 2010. Disponível :https://www.udop.com.br/legislacao- arquivos/81/port_2344_pcd.pdf Acessado em: 25 Abril.2022.

SOARES, A. M. M; CARVALHO, M. E. P. SER MÃE DE PESSOA COM DEFICIÊNCIA: do isolamento à participação social. 2017. 15 f. Tese - Universidade Federal da Paraíba, Florianópolis, 2017. Disponível em:
http://www.en.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1499482236_ARQUIVO_Ser_maedepessoacomdeficiencia.pdf. Acesso em: 19 nov. 2022

SOUZA, RP., MIOTA, FMCSC., and CARVALHO, ABG., orgs. Tecnologias digitais na educação [online]. Campina Grande: EDUEPB, 2011. 276 p. ISBN 978-85-7879-065-3. Available from SciELO Books

WAGNER, L. C.; LINDEMAYER, C. K.; PACHECO, A.; SILVA, L. D. Acessibilidade de Pessoas com Deficiência: O Olhar de Uma Comunidade da Periferia de Porto Alegre. Ciência em Movimento, v. 12, n. 23, p. 55–67, 30 jun. 2010. <https://doi.org/10.15602/1983-9480/cmrs.v12n23p55-67>.

APÊNDICES

QUESTIONÁRIO PARA IDENTIFICAÇÃO DAS MANIFESTAÇÕES DAS BARREIRAS SOCIAIS E PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

IDADE: _____ SEXO: () M () F

MUNICÍPIO QUE RESIDE: _____

1. VOCÊ É PAI, MÃE OU RESPONSÁVEL POR UMA PESSOA COM DEFICIÊNCIA?

- () SIM
() NÃO

2. QUAL IDADE ESSA PESSOA POSSUI?

- () MENOS DE 5 ANOS
() ENTRE 5 A 10 ANOS
() ENTRE 10 A 18 ANOS
() MAIOR DE 18 ANOS

3. QUAL TIPO DE DEFICIÊNCIA?

- () FÍSICA
() VISUAL
() AUDITIVA
() INTELECTUAL
() TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA
() MÚLTIPLA DEFICIÊNCIA
() TRISSOMIA DO CROMOSSOMO 21 (SÍNDROME DE DOWN)
() OUTRA: _____

4. SEU FILHO(A) RECEBE ALGUM BENEFÍCIO SOCIAL?

- () SIM
() NÃO

5. VOCÊ JÁ OUVIU FALAR SOBRE BARREIRAS SOCIAIS PARA AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA?

- () SIM
() NÃO

ATENÇÃO: HAVENDO NECESSIDADE A DEPENDER DA RESPOSTA DA QUESTÃO ANTERIOR, OS PESQUISADORES IRÃO EXPLICAR O CONCEITO DE BARREIRAS E SEUS IMPACTOS PARA QUE SEJA POSSÍVEL RESPONDER AS QUESTÕES QUE SE SEGUEM.

6. ALÉM DE SEU FILHO(A) VOCÊ CONHECE ALGUÉM QUE JÁ SOFREU OU SOFRE COTIDIANAMENTE EM CONSEQUÊNCIA DAS BARREIRAS SOCIAIS?

- () SIM
() NÃO

7. EM RELAÇÃO AO MUNICÍPIO QUE VOCÊ MORA, VOCÊ ACREDITA QUE ELE APRESENTA INFRAESTRUTURA SUFICIENTE PARA GARANTIR OS DIREITOS BÁSICOS DE LIBERDADE E INCLUSÃO PARA A PESSOA COM DEFICIÊNCIA?

() SIM

() NÃO

8. EM UMA ESCALA DE 01 A 5 ONDE:

- 01- NADA SATISFEITO
- 02- POUCO SATISFEITO
- 03- INDIFERENTE
- 04- SATISFEITO
- 05- MUITO SATISFEITO

9. QUAL ESCALA VOCÊ CLASSIFICARIA O NÍVEL DE CADA UMA DAS BARREIRAS SOCIAIS, ONDE A ESCALA REPRESENTARÁ A SATISFAÇÃO OU NÃO DA EXPERIÊNCIA COM CADA UMA?

BARREIRAS URBANÍSTICAS	(01)-(02)-(03)-(04)-(05)
BARREIRAS ARQUITETÔNICAS	(01)-(02)-(03)-(04)-(05)
BARREIRAS NOS TRANSPORTES	(01)-(02)-(03)-(04)-(05)
BARREIRAS NAS COMUNICAÇÕES E NA INFORMAÇÃO	(01)-(02)-(03)-(04)-(05)
BARREIRAS ATITUDINAIS	(01)-(02)-(03)-(04)-(05)
BARREIRAS TECNOLÓGICAS	(01)-(02)-(03)-(04)-(05)

10. VOCÊ COMO RESPONSÁVEL POR UMA PESSOA COM DEFICIÊNCIA, ACREDITA QUE NOS DIAS ATUAIS HÁ TOTAL ACESSIBILIDADE EM TODOS OS ASPECTOS PARA A PESSOA COM DEFICIÊNCIA?

() SIM, EM TODOS OS ESPAÇOS

() SIM, MAS APENAS EM ALGUNS ESPAÇOS () SIM, PORÉM, EM POUcos ESPAÇOS

() NÃO, NÃO HÁ ACESSIBILIDADE SUFICIENTE EM NENHUM ASPECTO

11. VOCÊ TEM CONHECIMENTO DA LEI 13.146/2015 QUE É CONHECIDA COM O ESTATUTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA OU LEI BRASILEIRA DE INCLUSÃO, E QUE TEM COMO BASE A CONVENÇÃO SOBRE OS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA?

() SIM

() NÃO